

# **Novas possibilidades de integração entre países latino-americanos: o lugar do conhecimento e da ciência como elementos da cooperação regional num contexto de globalização**

Avance de investigación en curso

Globalización, integración regional y subregional

Rubenilda Sodré dos Santos<sup>1</sup>  
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil  
rubenildasodre@hotmail.com

## **Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo sobre coopera o regional em produ o de conhecimento e ciência a partir da análise de dados sobre intercâmbio acadêmico no ensino superior. Os dados prov m de entrevistas realizadas com estudantes de p s-gradua o que participaram de intercâmbios apoiados em programas governamentais bilaterais entre Brasil e Argentina. Nesta experiência, os jovens percebem a vivência de uma oportunidade de realiza o existencial e objetiva no campo da profissionaliza o com alta qualifica o educacional. Pode-se inferir que este tipo de mobilidade estudantil reforça valores de um convívio ampliado em termos culturais e institucionais cujas trocas repercutem positivamente nas condi oes do desenvolvimento nacional e da integra o regional reforçando o papel da ciência como eixo estruturante de integra o entre sociedades.

Palavras-chave: coopera o, conhecimento, ensino superior.

## **Introdu o: o papel do conhecimento e da ciência na modernidade**

A produ o de conhecimento na contemporaneidade   um elemento estratégico do desenvolvimento dos países e para o posicionamento dos mesmos na política internacional. O acesso ao conhecimento em tempos globais configura-se em rela o   igualdade nas oportunidades de vida, tal como Heller (1998) descreve, já que objetiva o sentido moderno de justiça e igualdade de fato. Neste contexto, o campo de desenvolvimento da ciência e do ensino superior adquire importância direta para a consolida o de processos democratizantes, econ micos e políticos, pois se referem, por um lado ao desenvolvimento socioecon mico de uma sociedade e, por outro,   forma o de uma cultura política com base em saberes, capital social e redes que incrementam os vínculos sociais, produzindo o senso de pertencimento em escalas regionais e internacionais, como   o caso de países que cooperam em blocos norteados pelo princípio do regionalismo.

Em termos das motiva oes e interesses que permeiam as a oes de coopera o em produ o de conhecimento como   o caso da ciência, da tecnologia e da educa o, Baiardi e Ribeiro (2011) enumeram as seguintes: i) coopera o para criar/ampliar vantagem competitiva do território na esfera econ mica, militar, cultural, etc.; ii) coopera o para compartilhar recursos (naturais, infraestrutura

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Gradua o em Ciências Sociais da UFBA. Professora Substituta do Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA). Pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo, UFBA). Durante o doutorado obteve Bolsa de Forma o de Pesquisador de Doutorado do CNPQ e Bolsa-sand iche da CAPES.

etc.); iii) para criar ambientes inovadores que favoreçam empresas; iv) cooperação para enfrentar ameaças (naturais, conflitos etc.); v) cooperação como veículo essencial de difusão de conhecimento para todos os fins; vi) para construção de sistemas nacionais de inovação; vii) cooperação que visa fomentar a divisão do trabalho de pesquisa, seja em pesquisa básica ou aplicada; viii) para promover a formação de redes de pesquisadores ou grupos de pesquisa visando fortalecer as competências em determinadas áreas, entre outras. Esta perspectiva colabora para um olhar sobre as iniciativas e interesses que permeiam a cooperação atual no nível regional que são foco deste trabalho.

Tem-se observado nas últimas décadas nas sociedades latino-americanas uma tentativa de incorporação mais ativa nos processos de internacionalização do campo científico, a despeito do predomínio da ciência europeia e americana no contexto mundial, tomando para si a apropriação do saber científico e sua institucionalidade a partir da valorização da atividade local e da importância dos processos de construção de identidades nacionais, regionais e coletivas (VESSURI, 2007). Tendo em vista os argumentos sobre o papel assumido hoje pela ciência como elemento que trespassa as fronteiras e potencia a integração de sociedades, destaca-se o potencial científico no campo da cooperação internacional entre Brasil e Argentina, por meio de uma pesquisa desenvolvida com jovens que vivenciaram intercâmbios de pós-graduação no marco da cooperação entre os dois países.

### **Um panorama da produção do conhecimento na região latino-americana: o papel do conhecimento e da ciência**

O fenômeno multifacetado da globalização e a complexificação das relações internacionais hoje tem influenciado o desenvolvimento de formas de regionalismo que se constituem sob a ótica da integração e de valores históricos, sociais, culturais e políticos compartilhados. Canclini (2008) defende que a globalização não pode ser entendida apenas como uma intensificação de dependências recíprocas entre todos os países e regiões do planeta. Por razões de afinidade social e histórica, ou de acesso diferenciado aos recursos econômicos e tecnológicos, a chamada globalização muitas vezes se concretiza como agrupamento regional ou entre países ligados historicamente (*e.g.* latino-americanos com europeus, sul-americanos com sul-americanos etc.), evidenciando que as afinidades e divergências culturais contam muito para que a globalização abranja ou não todo o planeta, para que seja *circular* ou simplesmente *tangencial* (CANCLINI, 2008).

Na América Latina hoje é importante entender como vem sendo construídos dispositivos estratégicos para o desenho de um novo cenário na região que valorize as convergências como elemento capaz de produzir respostas amplas e eficazes aos desafios do contexto internacional. É neste cenário desafiante vivenciado pelos países latino-americanos que perfaz as últimas décadas e o início do século XXI que este trabalho pretende apontar iniciativas de cooperação referente à produção do conhecimento entre Brasil e Argentina sob a ótica de estudantes intercambistas. Estas ações, em geral, correspondem a mobilizações governamentais de recursos e políticas que viabilizam investimentos em áreas cruciais do desenvolvimento moderno das nações: ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, ensino superior e pós-graduação etc.

O cenário inaugurado pela globalização durante a década dos 1990 sinalizava a necessidade de os estados da região fortalecerem seus esforços no sentido da unidade e coesão, isto é, na busca da integração regional num contexto de consolidação dos processos de redemocratização destes países. Pode-se dizer que o regionalismo - como subproduto ou reação à globalização - é uma estratégia concebida para viabilizar melhores condições de participação nas trocas mundiais, além de permitir a maximização das economias e a redução dos custos sociais e econômicos da própria globalização (FULQUET, 2006). O cenário internacional vive, portanto, uma dupla lógica: o processo de globalização e o de regionalização, que são, por assim dizer, os lados de uma mesma moeda (NEVES; MOROSINI, 1995).

Neste contexto de formação do bloco é preciso ter em conta o fato de que os precedentes do Mercosul se encontram entre as políticas anteriores de cooperação de Brasil e Argentina, que remontam a décadas anteriores. O bloco, segundo Souza (et. al., 2010), é frequentemente interpretado como um subproduto de acordos bilaterais entre Brasil e Argentina a exemplo da assinatura em 1988, de um Tratado bilateral de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, ratificado pelos legislativos desses países em 1989. Este acordo poderia impactar significativamente as economias do Uruguai e do Paraguai, países menores e dependentes em grande parte do comércio exterior com a Argentina e o Brasil. Os dois países menores assumiram uma posição receosa quanto a uma possível erosão das tarifas preferenciais estabelecidas bilateralmente com Brasil e Argentina a partir da liberalização comercial entre ambos. Este teria sido o motivo principal pelo qual Uruguai e Paraguai optaram por participar do Mercosul, em lugar de arriscar perder acesso preferencial aos mercados dos vizinhos maiores.

O projeto inicial do Mercosul, firmado pelo Tratado de Assunção em 1991 visava à aceleração da integração econômica entre as economias da Argentina, do Brasil, do Uruguai e Paraguai. A ideia da integração pretendia a diminuição progressiva e superação das barreiras e conflitos nas trocas econômicas através da elevação de interesses comuns acordados numa esfera supranacional. As ações do novo bloco deveriam lograr uma política comercial comum, que permitisse a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membro além do estabelecimento de tarifas aduaneiras, a coordenação de políticas macroeconômicas e por fim, alcançar uma harmonização dos regimes jurídicos (NEVES; MOROSINI, 1995). Por outro lado, a integração regional mercosulina constituiu-se como uma opção estratégica para o fortalecimento da inserção dos países no cenário mundial globalizado, visando incrementar sua capacidade de negociação e ampliar o direito de fala do bloco nos diversos foros e organismos multilaterais.

Entre as transformações iniciadas nos anos 1990 ganhou destaque a reorganização no campo da produção do conhecimento, a partir de uma preocupação maior com a qualidade e a eficiência das universidades públicas, ademais das tentativas de fortalecimento da área de ciência e tecnologia em um momento em que o saber e suas aplicações tornam-se fatores essenciais do desenvolvimento. No Brasil e Argentina não foi diferente e de alguma maneira estes processos favoreceram o contexto para acordos econômicos específicos que permitiram um olhar sobre outras áreas sociais e temáticas que formam a ordem do dia com base no regionalismo crescente nas últimas décadas na região. No que diz respeito ao setor educacional universitário na região, destaca-se as reformas iniciadas nos anos 1990 orientadas para satisfazer a crescente demanda social por educação superior, o que se desdobrou na expansão do ensino universitário (matrículas), na ampliação da estrutura e oferta de pós-graduação (mestrado e doutorado) e no desenvolvimento de projetos estratégicos de ciência e tecnologia entre os países aí situados (MOLLIS, 2003). Estas mudanças na região, no entanto, ocorreram sob um cenário de reformas do Estado e aumento da incidência das políticas neoliberais e das diretrizes de órgãos internacionais em relação ao campo acadêmico e científico, a exemplo do Banco Mundial e a UNESCO. Há que destacar ainda o desenvolvimento de outras tendências, principalmente o crescimento do nível de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos estratégicos no campo da C&T no Brasil, Argentina e outros países como México, Chile, Venezuela e Colômbia (GUADILLA, 2003).

### **Ciência e conhecimento como elementos de integração**

A questão levantada é de que maneira estão sendo desenvolvidas ações que permitem posicionar as comunidades científicas e acadêmicas latino-americanas autonomamente no contexto global hoje, em que o conhecimento representa um recurso poderoso e estratégico do desenvolvimento das nações.

Fulquet (2006) ressalta que, diferentemente de outros projetos de integração regional, o Mercosul foi constituído sob uma base histórica e cultural comum que lhe concede um traço característico desde sua criação: a tentativa de criar um espaço diferenciado para trabalhar questões relativas à educação no sentido de solucionar problemas pertinentes à matéria e melhorar os padrões educacionais na região em diversos níveis. No caso do bloco, tem-se observado algumas iniciativas a partir da construção do Setor Educativo do Mercosul (SEM), formalizado em 1991 como um espaço de coordenação das políticas educacionais que engloba os países-membro. É oficializado com a assinatura do Protocolo de Intenções pelos Ministros de Educação na primeira Reunião de Ministros de Educação dos países membros do Mercosul<sup>2</sup>, órgão destinado a coordenar as políticas educacionais do bloco. O documento que cria o SEM prevê que os países membro se comprometam a incentivar a capacitação de recursos humanos para contribuir para o desenvolvimento nacional e regional; fomentar a integração dos sistemas educacionais da região; permitir a criação de programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e estudantes objetivando facilitar o conhecimento da realidade peculiar da região e promover maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico; difundir o aprendizado dos idiomas oficiais do Mercosul; favorecer a articulação, equiparação, e a convalidação dos diferentes sistemas educacionais na região etc.<sup>3</sup>

O acordo assinado toma a educação como elemento dinamizador que permite acelerar o processo de desenvolvimento com justiça social, por sua finalidade formadora e produtiva, como processo gerador e transmissor de valores e conhecimentos científicos e tecnológicos. No documento, a educação ganha uma dimensão essencial porque pressupõe valores comuns aos países da região que compartilham uma mesma herança cultural. O fator humano e a formação de pessoas no interior do bloco através do fortalecimento do setor educativo, portanto, são pressupostos para a consolidação da integração regional.

No que diz respeito à educação superior as ações do SEM se definem em duas principais dimensões que são os Protocolos de Integração e as ações concretas com vistas a construir os espaços de integração, sendo três os principais Protocolos que funcionam como mecanismo de integração científico-educacional no bloco. O primeiro deles, o Protocolo de Integração Educativa para a Continuação dos Estudos de Pós-Graduação em Universidades dos Países Membro do Mercosul, foi criado em novembro de 1995 e visa a que os organismos competentes dos países-membro possam reconhecer os títulos universitários expedidos por universidades reconhecidas em cada um dos demais países do bloco.

O segundo Protocolo (Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação) foi lançado na mesma data e tem como objetivos principais: i) a formação e o aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores a fim de consolidar e ampliar os programas de Pós-graduação na região; ii) a criação de um sistema de intercâmbio entre as instituições por meio do qual docentes e pesquisadores que trabalhem em áreas de pesquisa comuns propiciem a formação de recursos humanos especializados em projetos específicos (*redes*); iii) permitir o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas (documentações especializadas e publicações); iv) estabelecer critérios e padrões comuns de avaliação das pós-graduações na região. Finalmente, o

---

<sup>2</sup> Ao longo do tempo, a Reunião de Ministros criou outras instâncias de apoio ao Setor. Em 2001, o CMC (Conselho do Mercado Comum), através da decisão 15/01, aprovou a “Estrutura orgânica do Setor Educacional do MERCOSUL”, onde se cria o Comitê Coordenador Regional e as Comissões Coordenadoras de Área (Básica, Tecnológica e Superior) e o Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação. Em 2005 foi criado o Comitê Assessor do Fundo Educacional do MERCOSUL. Em 2006, foi criada a Rede de Agências Nacionais de Acreditação, e em 2011, foi criada a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente. Além destes, existem outras instâncias, provisórias e permanentes, que gerenciam ações específicas. (Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>> Acesso em 11/abr./2013).

<sup>3</sup> Protocolo de Intenções assinado pelos Ministros de Educação do Mercosul (1991). Disponível em: <<http://www.mercosur.int/edu/>> Acessado em 11/abr./2013.

Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas foi assinado em junho de 1997 e prevê que os Estados-parte do Mercosul admitam, através de seus organismos competentes, os títulos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) conferidos por instituições de nível superior devidamente reconhecidas pela legislação de cada um dos países.

A chegada do século XXI demarcou uma nova etapa do processo de integração orientado pelo bloco, movimento que ficou conhecido como “Relançamento do Mercosul”. Neste contexto de relançamento maior atenção foi destinada ao setor social com destaque para a área cultural, educacional e universitária. As instituições ocupadas com o ensino superior, as universidades bem como as instituições de ciência e tecnologia passam a assumir um papel privilegiado quanto à formação de quadros profissionais e técnicos, na produção de conhecimento e no incremento do desenvolvimento cultural mais ampliado (NEVES; MOROSINI, 1995).

Para fomentar a cooperação educacional as ações governamentais são, em geral, alicerçadas no SEM conforme mencionado, mas remontam também ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina de 1968 e ao Convênio de Cooperação Educativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina de 1997<sup>4</sup>. Um protocolo adicional a este convênio agregado no ano 2000 – o Protocolo Adicional do *Convênio de Cooperação Educativa entre os Governos de Brasil e Argentina para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação* - prevê a integração educacional para formação de recursos humanos em nível de Pós-graduação através de ações que favoreçam o desenvolvimento dos intercâmbios entre as instituições de ensino superior e de pesquisas brasileiras e argentinas. Os objetivos explicitados neste Protocolo Adicional são como segue (Artigo I): 1) formação de *recursos humanos* em nível de pós-graduação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores em setores específicos; 2) criação de um sistema de *intercâmbio entre instituições* pelo qual os professores e pesquisadores brasileiros e argentinos, trabalhando em áreas comuns de pesquisa, propiciem a formação de recursos humanos, especialmente no nível de doutorado, e desenvolvam pesquisas por meio de projetos específicos entre as universidades e instituições científicas dos dois países; 3) apoio à *consolidação e ampliação de um sistema de pós-graduação* de excelência, aproximando os critérios, padrões e sistemas comuns de avaliação dos cursos, visando a estabelecer a equivalência dos títulos de pós-graduação; 4) intercâmbio de *informações científicas*, de documentação especializada e de publicações<sup>5</sup>.

As iniciativas enfocadas neste trabalho, das quais os estudantes entrevistados participaram, se referem às ações resultantes deste protocolo Adicional criado em 2000 e que são executadas, do lado brasileiro, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do lado argentino pela Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Ministério da Educação. Os projetos são denominados como Programa de Centros Associados de Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAPG-BA) e Programa de Centros Associados para o Fortalecimento de Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP-BA). Estes projetos devem obrigatoriamente ser elaborados e desenvolvidos em conjunto por instituições de ensino superior dos dois países e objetivam a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, por meio de esforços para a produção de conhecimento em áreas de interesse comum. O principal objetivo dos projetos CAPG-BA e CAFP-BA é estimular e fortalecer a associação acadêmica entre os Programas de Pós-Graduação de Argentina e Brasil e reforçar

---

<sup>4</sup> Convênio de Cooperação Educativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (1997). Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b\\_107\\_2011-09-01-14-10-26/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_107_2011-09-01-14-10-26/)> Acessado em 16/abr./2013.

<sup>5</sup> Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Educativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (2000). Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b\\_37/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_37/at_download/arquivo)> Acessado em 16/abr./2013.

reciprocamente as atividades de formação e intercâmbio. O primeiro destes projetos se dá entre Programas de Pós-graduação que possuem qualificação equivalente (de acordo com avaliação das instituições responsáveis em cada país) e o segundo se dá entre Programas assimétricos, ou seja, a instituição mais forte contribui para o fortalecimento do seu par (Programa do país vizinho). As ações propostas nestes projetos têm como finalidade: i) intercâmbio de professores-pesquisadores de alto nível; ii) intercâmbio de bolsistas nos níveis de doutorado e pós-doutorado; iii) publicações de trabalhos relacionados às pesquisas efetuadas no quadro do presente Protocolo Adicional, intercâmbio de publicações de interesse para as duas partes, publicações de trabalhos relacionados às teses dos bolsistas beneficiários do presente Protocolo.

### **O lugar do conhecimento e da ciência como elementos da cooperação regional num contexto de globalização**

No que se refere às atividades de cooperação científico-tecnológica, e aqui em especial os intercâmbios científico-educacionais, assumimos a definição segundo a qual estas podem ser entendidas como:

(...) todas aquelas atividades em que o montante de conhecimento foi alterado “apreciativamente” ao longo do processo de cooperação. É dizer, com o objetivo inicial de “inovação” e atitudes de “parceria” e “co-financiamento”, as partes se lançam a atividades em que o quociente de conhecimento deve ser alterado “para cima” (TROYJO, 2003, p.24).

Esta definição tem como objetivo ressaltar as diferenciações terminológicas quando se pretende descrever as atividades desse tipo no campo das relações internacionais hoje. Para aprofundar o entendimento do termo, também distinguimos a cooperação científico-tecnológica da cooperação técnica, que por sua vez, diz respeito a atividades marcadamente assistencialistas e que não buscam fundamentalmente a alteração do conhecimento, visando apenas à transferência de conhecimento que já existe e se efetiva na prática entre parceiros de capacidade científico-tecnológica bastante desiguais (TROYJO, 2003).

As políticas de cooperação na área de produção de conhecimento baseadas em ações bilaterais de intercâmbio acadêmico mostram as possibilidades de Brasil e Argentina integrarem estratégias e políticas de cooperação e participação no campo científico e na consolidação da ação institucional por meio das universidades e políticas governamentais, incorporando-se ao espaço da ciência globalizada hoje. As experiências individuais dos estudantes se referem à formação de recursos humanos de alto nível na região que incrementam o capital social por meio das redes e do fortalecimento das instituições universitárias e seus programas de pós-graduação.

O relato dos estudantes brasileiros e argentinos que realizaram missões de estudo no país vizinho por meio dos programas CAPG e CAFP, revelou alguns valores que consideram mais coerentes para efetivar a cooperação. Estar aberto ao novo, a uma cultura diferenciada e a distintas metodologias de trabalho e organização institucional são elencados como elementos essenciais para cooperar. A postura de abertura significa, segundo os estudantes, uma atitude pessoal e receptiva em relação às trocas que possibilitem o aprendizado do que é potencialmente compartilhado entre as instituições, grupos envolvidos e culturas. De acordo com a fala de um dos entrevistados:

Acho que a parte acadêmica não é a única relevante, pois uma pessoa pode ser brilhante academicamente, mas se não tem a capacidade de inserir-se num grupo e de moldar-se um pouco a sua forma de trabalho, não vai funcionar. Ou seja, aí não existe cooperação, é simplesmente deslocar-se para seguir sozinho fazendo

seu trabalho, e esta não é a ideia deste tipo de projeto. Talvez a parte humana seja a mais importante nestes casos. É importante estar aberto a aprender como se trabalha em outros lugares, estar disposto a moldar-se, integrar-se neste outro grupo, estar aberto a isso, a mudar um pouco sua forma de trabalho para atuar melhor com as outras pessoas (tradução nossa).

Solidariedade e generosidade intelectual são valores que aparecem nas entrevistas e remontam ao papel das trocas modernas vivenciadas em experiências de cooperação. A troca e a reciprocidade no mundo moderno dão suporte às relações sociais e intervêm na produção de normas e comportamento dos sujeitos (LANIADO, 2001) e, pensada em seu sentido mais generalizado, a reciprocidade fortalece a confiança social dentro de sistemas participativos e funciona como um sistema de trocas permanentes. Além disso, as trocas mobilizam as expectativas que se baseiam na confiança, valor que colabora para o fortalecimento dos laços sociais e produz interações sociais mais dinâmicas e produtivas (LUHMANN, 1998). Estes elementos fomentam a produção de capital social enquanto um recurso ao nível das interações, seja em micro ou em macro escalas das relações sociais (PUTNAM, 1996).

O papel da reciprocidade se soma a outros valores que aproximam os cooperantes nos processos de troca, sobretudo a relevância de características afins (história, cultura, identidades, fronteiras etc.) que possibilitam a Brasil e Argentina convergirem na produção de conhecimento pelo trabalho conjunto. Uma entrevistada que realizou missões de estudo no Brasil ressaltou: “O valor que eu resgato é o da solidariedade. Você vai e não se sente um estrangeiro, e sim uma pessoa a mais. Seguramente é diferente de ir aos Estados Unidos ou à Europa onde você é considerado um estrangeiro. No Brasil você é um par”.

O tema das afinidades e convergências da região reaparecem quando questionamos aos estudantes como projetos comuns agregam diferentes identidades nacionais e podem gerar aproximações. Embora alguns dos entrevistados ressaltaram que, apesar da proximidade existem traços culturais distintos entre os dois países (o idioma, por exemplo), outros enfatizaram o contrário, que enquanto latinos os dois países compartilham muitas características comuns. Sobre esta questão também salientam que o intercâmbio serviu como um mecanismo desmistificador, pois ajudou na desconstrução de preconceitos prévios e estereótipos que antecedem a convivência no país vizinho. O estranhamento cede lugar à percepção de que ambas as nações tem muito em comum na região, a despeito da ideia estereotipada de rivalidade entre os dois maiores países do Mercosul, segundo os entrevistados. De acordo com a fala de um dos entrevistados: “Quando você passa a conhecer melhor o seu vizinho, passa a respeitar suas diferenças e a dar valor as suas qualidades, então, nesse momento, as barreiras geográficas são colocadas em segundo plano”. Outro entrevistado afirmou:

(O intercâmbio) me mobilizou certas questões sobre a noção de cidadania latino-americana, de sentimento de pertencimento a um projeto comum que vai mais além das fronteiras do próprio país, mas que é uma dimensão latino-americana. Há uma identidade argentina, cada um tem sua identidade nacional, mas nesse espaço temos algo em comum, que talvez seja uma preocupação pelo âmbito educativo e pelos problemas da educação, ou por nosso próprio processo de formação em que já tínhamos preocupações em comum. Neste caso, vem a questão de “para onde vamos na América Latina?” e durante a missão no Brasil sempre intercambiamos pareceres, discussões e opiniões sobre estas questões. Então, a pessoa que vai de missão não muda radicalmente, mas sim a experiência nos agregada elementos que ajudam para a construção de uma ideia mais ampla de cidadania (tradução nossa).

No depoimento acima, são retomadas questões sobre a formação pessoal e da cidadania a partir de conhecimentos que vão além do teórico-acadêmico para abarcar temas regionais e preocupações que são comuns aos dois países e à região. O intercâmbio enriquece a experiência individual com a partilha de saberes e do conhecimento sobre o outro. Ademais da experiência individual os estudantes também destacam a importância dos projetos de cooperação para o fortalecimento das instituições diretamente envolvidas, tal como ressalta o seguinte entrevistado: “Acredito que as instituições se empoderaram com isso, pois o intercâmbio entre universidades de distintos países tem bastante peso porque forma gente, mas também com a possibilidade de compartilhar com instituições que estão mais avançadas em uma determinada área.”. Do mesmo modo, entendem que o fortalecimento das universidades envolvidas no processo de cooperação regional colabora para o fortalecimento do Mercosul como um todo, pois atua como mecanismo de integração de diferentes atores acadêmicos e expertos, em que ambos os países se beneficiam dos resultados da cooperação. Uma entrevistada destacou que:

Acredito que tem um impacto muito favorável para o Mercosul e para o contexto histórico e político atual, porque você tem necessariamente que sair dos limites do território próprio e integrar-se aos demais, por isso creio que estes projetos favorecem esse tipo de integração com o outro a partir de um âmbito particular que é o âmbito acadêmico. Sair do âmbito acadêmico local e inserir-se no âmbito acadêmico regional, para denomina-lo de alguma maneira... E este é um aspecto importante para pensar em construir o que poderia chamar-se de uma cidadania regional, ou mais particularmente uma cidadania latino-americana, se queremos. Partimos de um âmbito específico que é o acadêmico, mas parece que é um aporte a questões mais macro, da integração regional, do Mercosul, isto é, ajuda também a conhecer outras tradições econômicas distintas, e também estabelecer contato com outros grupos que muitas vezes se mantém e podem favorecer ações conjuntas no futuro (tradução nossa).

A citação também ressalta a importância da construção de laços e contatos que tendem a permanecer mesmo findados os projetos, na medida em que as interações acadêmicas permanecem enquanto redes e relações de confiança consolidadas (capital social). Outro entrevistado destaca o desenvolvimento da ciência em diversas áreas a partir dos projetos, o que é alcançado pela troca de informações e conhecimento, e pela possibilidade de olhar um problema a partir de diferentes perspectivas e facilitar sua resolução. Ademais, reforçaram que os programas de cooperação propiciam as trocas e, conseqüentemente ajudam na construção de agendas comuns sobre questões que afetam a região.

Acho que é importante, desde o ponto de vista do aluno em sua carreira, de conhecer uma instituição universitária em outro país, desde o ponto de vista formativo e humano. E além disso, pela importância de ter agendas em comum com outros países, desenvolver estudos em certa área, realizar estudos comparados, e colocar na agenda problemáticas compartilhadas em nossos países do sul. Me parece muito rica esta experiência se pudesse sustentá-la e acrescentá-la.

Como desafios demarcados pelos estudantes acerca dos projetos de cooperação em foco destacou-se a importância da continuidade (a permanência no tempo) destas iniciativas na região com a finalidade de abarcar outras instituições e oportunizar o intercâmbio a um maior número de estudantes. Segundo uma entrevistada: “O mundo está globalizado e os jovens devem se mobilizar mais. Deve-se dar aos estudantes a oportunidade de sair do país”. Isto significa aumentar financiamento disponível



para os projetos, diminuir alguns trâmites burocráticos envolvidos e consolidar um imaginário institucional (Estados, universidades) em ambos os países sobre a importância das iniciativas deste tipo.

### **Considerações finais**

Para os jovens, conforme analisado, a cooperação acadêmica internacional, em um contexto regional latino-americano que abarca afinidades e similitudes identitárias, oferece uma clara medida de ampliação do conhecimento por permitir experiências concretas de estudo em torno de metodologias de ensino e pesquisa diferenciadas, que se apresentam como um desafio para o que não é familiar e o que é construído – o conhecimento e a ciência – num campo de alteridade cultural e institucional.

A ciência moderna produziu um espaço fundamental para o desenvolvimento material, político e cultural da humanidade e construiu um discurso abrangente que transpõe fronteiras e diferenças culturais, ainda que tenha mantido uma hegemonia eurocentrista e ocidental. Os países da América Latina estiveram numa posição periférica em relação a esta divisão internacional do trabalho por muito tempo, mas em contraposição, as políticas atuais de intercâmbio acadêmico mostram as possibilidades e as potencialidades entre países como Brasil e Argentina integrarem estratégias e políticas de cooperação e participação no campo científico e na consolidação da ação institucional por meio das universidades e políticas governamentais, incorporando-se ao espaço da ciência globalizada hoje.

As experiências individuais dos estudantes aqui analisadas integram a formação de recursos humanos de alto nível que influenciam a formação do capital social nas sociedades onde atuam, mas também incrementam o desenvolvimento institucional por meio da constituição de redes de contatos e saberes compartilhados. Pode-se dizer que o caráter internacional da ciência faz deste campo da produção humana um eixo estruturante de integração de sociedades para além das iniciativas econômicas que são as mais comuns na região porque se fundamentam em trocas que repercutem positivamente nas condições do desenvolvimento nacional e da integração regional, pois tendem a alcançar persistência no tempo por meio da aproximação das comunidades envolvidas.

### **Referências**

- BAIARDI, Amílcar; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. A cooperação internacional norte-sul na ciência e na tecnologia: gênese e evolução. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 593-608, 2011.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Latino americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- FULQUET, Gaston A. El Proyecto Educativo para el MERCOSUR y los Debates en torno a la Internacionalización de la Educación Superior. CAEI – **Centro Argentino de Estudios Internacionales**, 2006.
- GUADILLA, Carmem G. Balance de la década de los 90' y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior. In: **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?: la cosmética del poder financiero**. Buenos Aires, CLACSO, 2003.
- HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: **Estado e Sociedade**, v.16, n 1-2, UNB, jan./dez., 2001.
- LUHMANN, N. Familiarity, confidence, trust. In: GAMBETTA, D. **Trust: making and breaking cooperative relations**. Oxford/ New York: Brasil Blackwell, 1988.
- MOLLIS, Marcela. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero**. Buenos Aires, CLACSO, 2003.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MOROSINI, Marília Costa. Cooperação universitária no MERCOSUL. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOUZA, André de Mello; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2010. Texto para Discussão n. 1477.

TROYJO, Marcos Prado. **Tecnologia & Diplomacia**: desafios da cooperação internacional no campo científico-tecnológico. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

VESSURI, Hebe. **O inventamos o erramos**: la ciencia como Idea-fuerza en América Latina. Buenos Aires, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.